

A História no Diário Oficial

Governo Alacid Nunes (1966/1971) CAPÍTULO DA HISTÓRIA DA JARI EM ATA

Nenhuma empresa criada nos últimos 50 anos no Pará incorporou a sua história adjetivos tão determinantes como a Jari Indústria e Comércio S.A. Polêmica, emblemática, misteriosa e indissociável da imagem do quase mitológico empresário norte americano Daniel Keith Ludwig, a Jari representa um momento do chamado desenvolvimento amazônico incrementado durante os governos militares desde 1964.

No dia 14/03/1968, os sócios da empresa se reuniram em Assembleia Geral Ordinária, na sede da empresa em Belém, à Rua Gaspar Viana, nº 223. Da pauta constavam: relatório da diretoria, o balanço geral, demonstração de lucros e perdas e o parecer do Conselho Fiscal, além da eleição da nova diretoria e do Conselho Fiscal, e outros “assuntos de interesse geral”. A AGO foi presidida pelo advogado Eduardo Grandi (já falecido), acionista.

A ata da assembleia foi publicada no Diário Oficial de 2 de abril de 1968, e foi assinada por Eduardo Grandi, Alberto Carneiro Martins de Barros, João José Baptista Tubino, Álvaro Lopes Baptista, Antonio Nicolau Viana da Costa (empresário português representante de DKL) e Wilton Santos Brito (economista ainda militante, autor do projeto que levou a Jari a obter os incentivos fiscais da Sudam, na época). Além deles, participou da AGO a Entrerios Comércio e Administração Ltda. (uma transportadora), representada também por Eduardo Grandi.

Quem presidia a Jari era o “General J.J.B. Turibino” (assim assinava-se), que “dissertou detidamente sobre o desenvolvimento dos trabalhos com relação aos diversos setores da empresa, de modo especial o Projeto Gmelina (plantação em larga escala de uma árvore exótica, para produzir a celulose)”.

Enclave instalado em Almeirim, na fronteira do Pará com o Amapá, o Projeto Jari ocupa uma área remanescente de 1882, que pertenceu ao extrativista cearense José Júlio de

Andrade. As terras formavam um fabuloso latifúndio de um milhão e seiscentos mil hectares (território equivalente ao Estado de Sergipe) cortado pelo Rio Jari.

Foram essas terras que o bilionário norte americano comprou, não sem apoio do governo militar brasileiro. Ele sonhou implantar o maior projeto de produção de celulose do mundo, na época. Até hoje, a Jari é polêmico por causa da sua viabilidade e produtividade e dos problemas fundiários que enfrentou ao longo da sua história.

Ludwig mandou pesquisar na Ásia, África e América do Sul uma espécie que produzisse celulose em tempo recorde. A planta foi encontrada na Nigéria - a gmelina arbórea, vislumbrada como o “ouro verde” da Jari. Passados 10 anos daquela Assembleia, os pés de gmelina estavam no ponto de corte. E foi em 1978 que chegaram, navegando, depois da atravessar oceanos, uma gigantesca fábrica de beneficiamento de celulose e uma usina geradora de energia, importadas do Japão.

A gmelina tornou-se um símbolo da Jari e por isso o presidente da empresa, naquela Assembleia de 1968 referiu-se ao sucesso da plantação que crescia no vale do Jari. O general João José Baptista Turbino estava concluindo o mandato de presidente e na mesma assembleia foi reconduzido ao cargo. Os sócios também ouviram Eduardo Grandi um “longo pronunciamento historiando a via da sociedade, desde a sua fundação até os dias atuais (aqueles), detendo-se sobre aspectos dos projetos que estão sendo ora elaborados e cuja implantação trará novas perspectivas à Sociedade e representará importante contribuição para o desenvolvimento da economia regional”.

Era essa a expectativa do próprio governo militar, que causava grande alvoroço no meio empresarial paraense. O tempo encarregou-se de escrever outra história da Jari.

Nélio Palheta - *Jornalista*

VENDA DE EXEMPLAR

- Avulso R\$ 2,00
- Atrasado R\$ 3,00

ASSINATURA / RECLAMAÇÃO

91 4009-7810 / 4009-7818

ASSINATURA SEMESTRAL

- Capital R\$ 200,00
- Outras cidades R\$ 350,00

ASSINATURA ANUAL

- Capital R\$ 400,00
- Outras cidades R\$ 650,00

OBS 1: As assinaturas do **Diário Oficial** não dão direito ao recebimento de **Cadernos Especiais**, elaborados exclusivamente aos órgãos interessados.

OBS 2: As reclamações deverão ser feitas 24 horas após a circulação do **Diário Oficial** na Capital, e até 8 dias nos demais Estados e Municípios.

PUBLICAÇÕES

91 4009-7810
4009-7819

- cm x coluna (8cm) R\$ 65,00
- (*) O padrão de publicação obedecerá obrigatoriamente a fonte Verdana, Corpo 7.

ORÇAMENTO GRÁFICO

91 4009-7810
4009-7817



CINEMA

Club Sandwich

Local: Cine Líbero Luxardo

(Av. Gentil Bittencourt, nº 650)

Ingressos: R\$ 8 (aceita-se meia entrada)

20 a 23/05 (quarta a sábado) - 20h30



CINEMA

Branco Sai, Preto Fica

Local: Cine Líbero Luxardo

(Av. Gentil Bittencourt, nº 650)

Ingressos: R\$ 8 (aceita-se meia entrada)

20 a 23/05 (quarta a sábado) - 18h30



ENVIO DE CONTEÚDOS

O envio de conteúdos para publicação no Diário Oficial do Estado deve ser realizado, no caso de órgãos e secretarias de Estado, via sistema e-DIÁRIO, disponível no site www.ioe.pa.gov.br

No ato do envio, o usuário **DEVE EVITAR:**

- Documentos que contenham notas de rodapé;
- Logomarcas; fontes coloridas; ou qualquer tipo de imagem;
- Caixas de texto; marcadores, quebras de seção, quebra manual de linhas, marcadores próprios dos editores de texto, como pontos; quadrados; setas etc.

Obs.: O não atendimento dessas especificações poderá gerar problemas na publicação.